



CENTRO DE ESTUDOS EM DIREITO E NEGÓCIOS - CEDIN

EDITAL Nº 1/2024

**PROCESSO SELETIVO PARA MONITORIA
DAS DISCIPLINAS INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO IB, DIREITO
PENAL I, DIREITO PROCESSUAL PENAL I, TEORIA GERAL DO PROCESSO,
DIREITO ADMINISTRATIVO I, DIREITO EMPRESARIAL I E DIREITO DO
TRABALHO**

O Centro de Estudos em Direito e Negócios – CEDIN, torna pública a abertura de processo seletivo para preenchimento de 06 (seis) vaga(s) de monitoria para as disciplinas:

- Introdução ao Estudo do Direito IB
- Direito Penal I
- Direito Processual Penal I
- Teoria Geral do Processo
- Direito Administrativo I
- Direito Empresarial I
- Direito do Trabalho

1. DA MONITORIA

1.1. A monitoria de que trata este edital será voluntária e não remunerada, com vigência em **2.2024**, não podendo ser prorrogada, iniciando-se em 16/09/2024.

1.2. Ao (a) aluno(a) monitor(a) serão concedidas as horas correspondentes para fins de Atividades Complementares conforme Tabela de Pontuação de Atividades Complementares do Curso de Direito da Faculdade CEDIN vigente a partir de 2024.2.

2. DAS VAGAS

2.1. Serão oferecidas 7 (sete) vagas, conforme o quadro abaixo:

Vaga	Disciplina/área temática	Professor (a)	Tipo da Vaga
01	Introdução ao Estudo do Direito IB	Luciana Diniz	Voluntária
01	Direito Penal I	Lázaro Guilherme	Voluntária
01	Direito Processual Penal I	Alessandra Margotti	Voluntária
01	Teoria Geral do Processo (antiga Organização da Justiça e do Processo IB)	Tatiana Prates	Voluntária

CEDIN

01	Direito Administrativo I	Luciana Silva	Voluntária
01	Direito Empresarial I	Henry Colombi	Voluntária
01	Direito do Trabalho	Marcos Paulo	Voluntária

3. DAS INSCRIÇÕES

- 3.1. As inscrições deverão ser realizadas pelo e-mail graduacao@cedin.com.br, no período de **26 de agosto de 2024 a 2 de setembro de 2024**.
- 3.2. Poderão se inscrever para a vaga deste edital alunos(as) matriculados no curso de graduação em Direito do CEDIN, desde que atendam aos requisitos estabelecidos neste edital.
- 3.3. O (A) aluno (a) poderá se inscrever para apenas 1 (uma) das vagas e, ocorrendo para mais de uma, o candidato será desclassificado.
- 3.4. No ato da inscrição, o (a) candidato (a) deverá enviar pelo e-mail:
- a) Ficha de inscrição preenchida (ANEXO I);
 - b) Cópia da cédula de identidade;
 - c) Cópia do currículo discriminando as experiências acadêmicas e profissionais.
- 3.4. O (A) candidato (a) que encaminhar a ficha de inscrição preenchida de forma incompleta ou de forma incorreta ou que não entregar toda a documentação estabelecida no item 3.4 terá sua inscrição indeferida.
- 3.5. As inscrições deferidas e homologadas serão divulgadas, em ordem alfabética com os nomes dos candidatos.

4. DOS REQUISITOS

- 4.1. Para inscrição no processo seletivo, o (a) candidato (a) deverá:
- a) ter cursado na graduação em Direito do CEDIN a disciplina para a qual pretende concorrer e nela obtido média igual ou superior 70% (setenta por cento);
 - b) possuir disponibilidade de tempo para exercer a monitoria conforme o item 7.1.

5. DA SELEÇÃO

- 5.1. A seleção dos candidatos será feita por uma comissão examinadora, formada por três professores designados pela Coordenação do Curso de Direito.
- 5.2. A seleção dar-se-á mediante aplicação de prova escrita e entrevista, conforme cronograma abaixo:

Data	Atividades	Horário
26/8/2024 a 2/9/2024	Realização das inscrições	-
2/9/2024 a 4/9/2024	Homologação das inscrições	-
6/9/2024	1ª ETAPA: Realização da prova escrita	18:30 hs às 20:30 hs
9 e 10/09/2024	2ª ETAPA: Realização de entrevista	Divulgado posteriormente
12/09/2024	Divulgação do resultado	-
16/09/2024	Início das atividades da monitoria	-

- 5.3. A primeira fase, de caráter eliminatório, consistirá na realização de prova escrita.
- 5.4 A Prova Escrita será realizada no dia **6/09/2024**, com início às 18:30 hs e término às 20:30 hs, na Sede do CEDIN - Rua Paraíba, 1170, Savassi, Belo Horizonte, e versará sobre os conteúdos da disciplina vinculada à monitoria (ANEXO II).
- 5.5. Na avaliação dos candidatos será analisado o domínio dos conteúdos da disciplina na qual o monitor irá atuar, cabendo a banca avaliadora atribuir uma nota de 0 (zero) a 100 (cem).
- 5.6. Será considerado classificado na seleção o (a) candidato (a) que obtiver média igual ou superior a 70 (setenta), considerando a soma dos itens avaliados.
- 5.7. A segunda fase, de caráter classificatório, consistirá em entrevista com o (a) professor (a) orientador (a), direção do curso e/ou integrante da banca examinadora.
- 5.8. Na entrevista, serão abordados conhecimentos da área de atuação do (a) monitor (a) e avaliados a disponibilidade e aptidão para o cargo.
- 5.9. À entrevista será atribuída nota de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, sendo considerado (a) o (a)aluno (a) classificado (a) e aprovado (a) aquele (a) que obtiver o mínimo de 70 (setenta) pontos.
- 5.10. A entrevista será de modo VIRTUAL, de acordo com o dia ea hora determinada e divulgados no site do CEDIN.
- 5.11. O (A) aluno (a) deverá ser pontual à entrevista, sob pena de desclassificação.
- 5.12. Os candidatos aprovados serão classificados por ordem decrescente de notas.
- 5.13. Em caso de empate na média final classificatória, serão observados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:
- tiver maior Índice de Rendimento Acadêmico;
 - tiver maior período cronológico
 - tiver mais idade.
- 5.14. O resultado final da seleção, com a classificação dos candidatos, será publicado sitedo CEDIN até o dia **12/09/2024**.
- 5.15. O (A) candidato (a) aprovado (a) terá até o dia **13/09/2024** para comparecer ao CEDIN para orientações e início das atividades. O não comparecimento na data prevista ensejará, a critério do CEDIN, a convocação do segundo lugar e assim sucessivamente.

6. DOS RECURSOS

6.1. Em qualquer fase do processo seletivo de que trata o presente edital caberá recurso à comissão examinadora e, em segunda instância, a Direção da Faculdade CEDIN, por meio do e-mail coordenacao.direito@cedin.com.br, em até 2 (dois) dias, contados da disponibilização do resultado.

6.2. A comissão terá até 5 (cinco) dias úteis para divulgar o resultado do recurso, junto ao site do CEDIN, sendo irrecurável tal decisão.

7. DAS ATRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES

7.1. São atribuições e obrigações do (a) aluno (a) monitor (a):

- a) auxiliar os professores em tarefas de ensino, incluindo a preparação de material didático, sempre que solicitado;
- b) auxiliar os professores na realização de trabalhos práticos e/ou complementares de interesse da disciplina.
- c) auxiliar os alunos, orientando-os em trabalhos;
- d) constituir elo entre professores e alunos, visando ao desenvolvimento da aprendizagem;
- e) participar de atividades que propiciem o seu aprofundamento na disciplina, como revisão de texto, resenhas bibliográficas e outras;
- f) exercer suas tarefas conforme plano de trabalho elaborado juntamente com o(a) professor(a) orientador(a);
- g) cumprir 5 (cinco) horas semanais de atividades de monitoria, conforme horários preestabelecidos com seu professor(a), em atividades presenciais e/ou remotas;
- h) apresentar frequência e elaborar relatório mensal e semestral, em formulários próprios, de suas atividades e encaminhar a Coordenação do Curso, impreterivelmente, até o segundo dia útil do mês subsequente ao do término das atividades.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O (A) monitor (a) exercerá suas atividades sob a orientação do(a) professor (a) responsável pela disciplina a qual se inscreveu.

8.2. Não existirá qualquer relação de trabalho e/ou emprego entre o candidato e o CEDIN.

8.3. As questões omissas neste edital serão analisadas pela Comissão examinadora.

Belo Horizonte, 23 de agosto de 2024

Bruno Cláudio Penna Amorim Pereira
Coordenador do Curso de Direito da Faculdade CEDIN



ANEXO I

DISCIPLINA:

NOME:

NOTA OBTIDA NA DISCIPLINA:

PERÍODO CURSADO:

() Declara ter disponibilidade de tempo para exercer a monitoria

**DATA
ASSINATURA**

CONTEÚDO DAS DISCIPLINAS

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO IB

Unidade I - Proposições, prescrições e norma jurídica 1.1 Norma como proposição 1.1.1 Imperativos categóricos e hipotéticos 1.1.2 Comandos e conselhos 1.2 Prescrições e o direito 1.3 Prescrições jurídicas 1.4 O conceito de norma jurídica 1.4.1 Classificação das normas jurídicas 1.4.2 Norma jurídica e enunciado normativo 1.4.3 Norma jurídica e sanção 1.4.3.1 Sanção e o papel do Estado 1.4.4 As prescrições jurídicas

Unidade II – Ordenamento jurídico 2.1 Autonomia relativa do sistema jurídica 2.2 Teorias sobre o sistema jurídico 2.2.1 Teoria normativista 2.2.2 Teoria dos sistemas 2.2.3 Teoria do discurso 2.3 Sistema, poder e estrutura social

Unidade III – Conflitos entre normas jurídicas 3.1 Identificação das antinomias 3.2 Critérios de resolução das antinomias 3.3 Insuficiência dos critérios 3.4 Conflito entre critérios

Unidade IV – Lacunas 4.1 O problema das lacunas 4.2 O dogma da completude 4.3 A crítica da completude 4.4 Os tipos de lacunas 4.5 Métodos para resolução das lacunas 4.5.1 Instrumentos de integração 4.6 Raciocínio jurídico 4.6.1 Decisão jurídica 4.6.2 Argumentação jurídica

Unidade V – As relações entre os ordenamentos jurídicos 5.1 A pluralidade dos ordenamentos 5.2 Estado e ordenamentos 5.3 As ordenações jurídicas não estatais

Unidade VI – Teoria do Direito e a história da democracia brasileira 6.1 Direito e democracia moderna 6.2 Teoria do Direito e história brasileira 6.3 Quem pode dizer o direito no Brasil

DIREITO PENAL I

1. Breve histórico da evolução epistemológica do Direito Penal 1.1 O movimento humanitário (século XVIII) 1.2 Escola Clássica (séculos XVIII e XIX) 1.3 Escola Positiva (final do século XIX) 1.4 A moderna escola dogmática alemã (final do século XIX e início do século XX) 1.5 Escola Técnico-Jurídica (início do século XX).

2. Direito penal: conceito, objeto e função.

3. Princípios constitucionais em matéria penal 3.1 Princípio da legalidade 3.2 Princípio da culpabilidade 3.3 Princípio da individualização da pena 3.4 Princípio da intervenção mínima 3.5 Princípio da ofensividade ou lesividade 3.6 Princípio da humanidade 3.7 Princípio da personalidade.

4. Teoria da norma penal 4.1 Classificação das normas penais 4.2 Concurso de leis penais ou concurso aparente de normas: princípio da especialidade, princípio da subsidiariedade, princípio da consunção e princípio da alternatividade 4.3 Leis penais em branco.

5. Lei penal no tempo 5.1 Tempo do crime 5.2 Irretroatividade da lei penal maligna 5.3 Retroatividade e ultratividade da lei penal benigna 5.4 Leis penais temporárias e excepcionais 5.5 Aplicação no tempo: leis penais em branco, leis processuais penais, lei de execução penal e

jurisprudência.

6. Lei penal no espaço 6.1 Lugar do crime 6.2 Critério da territorialidade 6.3 Critério da extraterritorialidade.

7. Teoria do delito: introdução 7.1 Conceito de crime 7.2 Sistemas de teoria do delito.

8. Teoria da ação. 8.1 Modelos: causal, final e social 8.2 Ausência de ação.

9. Tipicidade 9.1 Tipo penal 9.2 Desenvolvimento da estrutura da tipicidade 9.3 Relação tipicidade e ilicitude 9.4 Elementos estruturais do tipo: objetivos-descritivos, normativos e subjetivos 9.5 Classificação dos tipos 9.6 Nexos de causalidade 9.7 Adequação social e princípio da insignificância 9.8 Tipo omissivo 9.9 Tipo subjetivo: dolo e erro 9.10 Crime culposos.

10. Ilicitude 10.1 Estado de necessidade 10.2 Legítima defesa 10.3 Estrito cumprimento do dever legal 10.4 Exercício regular do direito 10.5 Consentimento do ofendido 10.6 Excesso nas causas de justificação.

11. Culpabilidade 11.1 Teorias da culpabilidade 11.2 Imputabilidade 11.3 Consciência da ilicitude, erro de proibição e erro de tipo permissivo 11.4 Teoria do erro, erro determinado por terceiro e erro sobre a pessoa 11.5 Exigibilidade de comportamento diverso: coação moral irresistível, obediência hierárquica e excesso escusável.

12. Consumação e tentativa 12.1 Fundamentos da punição da tentativa 12.2 Iter criminis 12.3 Tipos de tentativa 12.4 Requisitos da tentativa 12.5 Tentativa inidônea ou crime impossível 12.6 Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior.

13. Concurso de pessoas 13.1 Teorias do concurso de pessoas 13.2 Requisitos do concurso de pessoas 13.3 Distinção entre autoria e participação 13.4 Tipos de autoria: colateral, mediata, coautoria, coautoria sucessiva 13.5 Participação em sentido estrito 13.6 Punibilidade no concurso de pessoas: participação de menor importância, participação dolosamente distinta e comunicabilidade de circunstâncias 13.7 Concurso de pessoas no crime culposos 13.8 Concurso de pessoas no crime omissivo.

DIREITO PROCESSUAL PENAL I

1. Sistemas Processuais Penais; 2. Inquérito policial e outras formas de investigação; 3. Competência; 4. Liberdade, prisão e medidas cautelares alternativas no curso da persecução penal; 5. Teoria geral da prova.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

O Direito, o Processo e o Direito Processual. Introdução ao Processo Constitucional

O processo e o Direito Processual: evolução histórica, princípios e normas.

Fontes do Direito Processual.

Interpretação da Lei Processual.

Integração da Lei Processual.

Eficácia da Lei Processual no Espaço e no Tempo.

A tríade: Jurisdição, Ação e Processo.

Ação. Conceito. Principais teorias. Natureza jurídica do direito de ação.

Ação e pretensão/interesse.

Condições da ação ou requisitos do provimento final, classificação da ação.

Os elementos da ação.

Processo. Conceito. Teorias sobre o processo.

Tutela antecipada. Natureza jurídica.

Processo jurisdicional. Princípios informativos do processo. Processo de conhecimento, execução e cautelar: noções fundamentais.

Pressupostos processuais. Objeto do processo.

Sujeitos do processo: partes, juiz e a atuação do Ministério Público.

Outros sujeitos: Auxiliares da Justiça, advogado.

O litisconsórcio. Intervenção de terceiros: assistência, oposição, nomeação à autoria, denúncia à lide, chamamento ao processo, recursos de terceiro, alimentos e intervenção de terceiro. *Amicus Curiae*.

Atos e fatos processuais. Ato, fato e negócio jurídico. Atos do Processo e Atos Processuais. Negócios Processuais. Classificação dos atos processuais: subjetivas e objetivas.

Forma dos atos processuais. A informatização dos atos processuais. Existência, validade e eficácia dos atos processuais. Comunicação dos atos processuais.

DIREITO ADMINISTRATIVO I

1. Direito Administrativo – noções iniciais o Conceito. Governo e Administração Pública. Função Legislativa, Judicial e Administrativa o Fontes do Direito Administrativo
2. Regime Jurídico Administrativo. Regimes público e privado na Administração Pública. Princípios da Administração Pública
3. Administração Pública. Noção de Administração Pública. Estrutura da Administração Pública. Órgãos Públicos. Hierarquia. Centralização da Administração Pública e desconcentração
4. Administração Direta. Estrutura da Administração Pública Direta federal, estadual e municipal
5. Administração Indireta. Autarquias. Fundações Públicas. Empresas Públicas. Sociedades de Economia Mista. Regime jurídico
6. Terceiro Setor. Conceito e fundamentos. Entidades do Terceiro Setor. Sistema "S". Organizações Sociais. Aspectos relevantes e controvertidos.
7. Poderes da Administração Pública. Poder Vinculado. Poder discricionário. Poder Hierárquico. Poder Disciplinar. Poder Regulamentar o Poder de polícia
8. Atos e fatos administrativos. Conceitos. Requisitos dos atos administrativos o Atributos. Classificação. Eficácia. Motivação dos atos administrativos
9. Serviço. Conceito. Características. Classificação. Delegação da prestação. Concessão, permissão e autorização de serviços públicos.

DIREITO EMPRESARIAL I

UNIDADE 1: Aspectos históricos e princípios gerais do Direito Empresarial • Evolução histórica e objeto do Direito Empresarial • Princípios gerais do Direito Empresarial

UNIDADE 2: A Empresa e o Empresário • Conceito de Empresa e de Empresário • O empresário individual e as sociedades empresárias • Capacidade e impedimentos ao exercício da atividade empresária • O nome empresarial e sua proteção jurídica • O registro público empresarial e atividades afins: distinções e casos especiais de registro (S/A, cooperativas, empresários rurais

CEDIN

e sociedades advogados) • Consequências do registro irregular

UNIDADE 3: Estabelecimento Empresarial • Conceito de estabelecimento empresarial e seus elementos corpóreos e incorpóreos • Estabelecimento virtual • A proteção ao ponto empresarial e a ação renovatória • Alienação de estabelecimento (trespasse)

UNIDADE 4: Propriedade Intelectual • Noções gerais acerca da Propriedade Intelectual: tutela jurídica e registro • Direitos autorais • Propriedade Industrial: marcas, patentes e modelos de utilidade • Casos especiais: Softwares, cultivares e topografia de circuitos integrados • Negócios jurídicos sobre a Propriedade Intelectual

UNIDADE 5. O pequeno empresário e o Estatuto da Micro e Pequena Empresa • MEI, ME e EPP: conceitos e distinções • Enquadramento, desenquadramento e reenquadramento • Tratamento tributário diferenciado • Tratamento favorecido nos âmbitos civil, processual, trabalhista e administrativo

UNIDADE 6: Teoria Geral das Sociedades • Personalidade jurídica e limitação de responsabilidade • Desconsideração da personalidade jurídica • Regime societário geral (sociedade simples); o Contrato Social o Direito e Obrigações dos Sócios o Administração da Sociedade o (Re)apresentação da Sociedade em relação a terceiros o Resolução parcial e dissolução da sociedade • As Sociedades tipificadas no Código Civil UNIDADE

7: A Sociedade Limitada • Origem, evolução histórica e relevância socioeconômica das LTDA • Natureza jurídica contratual e limitação de responsabilidade • O capital social e sua divisão em quotas de responsabilidade limitada • A Administração da Sociedade Limitada • Fiscalização da Sociedade Limitada (Conselho Fiscal) • Deliberações Societárias: assembleias e reuniões • Expulsão extrajudicial de sócio (art. 1.085, Código Civil).

DIREITO DO TRABALHO

PRIMEIRA PARTE: 1. Conceito de trabalho para o Direito do Trabalho. 2. Evolução histórica do ordenamento jurídico do trabalho no mundo e no Brasil. 3. Direito do Trabalho 3.1. Conceito. 3.2. Autonomia e fontes (gerais e específicas). 3.3. Princípios específicos. 4. O Direito do Trabalho nas Constituições Brasileiras 5. A relação jurídica de emprego e as novas relações laborais na era digital 5.1. Conceito. 5.2. Sujeitos. 5.3. Características. 6. Contratos especiais 6.1. Noções gerais sobre o trabalho do menor aprendiz. 6.2. O trabalho temporário. 6.3. O trabalho rural. 6.4. O emprego doméstico. 6.5. O trabalhador avulso. 6.7. Terceirização, cooperativas, estágios, servidores públicos, autônomos, uberizados e eventuais. 7. Empregador 7.1. Empresa, estabelecimento, grupo econômico, microempresa e empresa de pequeno porte. 8. O contrato de trabalho 8.1. Conceito, formação, prazos e prova. 9. As obrigações das partes contratantes: principais, acessórias e especiais. 9.1. Prescrição no Direito do Trabalho. 10. Alterações do contrato de trabalho: "jus variandi" e "jus resistendae" 10.1. Suspensão e interrupção dos efeitos do contrato de trabalho.

SEGUNDA PARTE: 1. A duração do trabalho: limites, compensação, redução 1.1. O horário de trabalho e o teletrabalho. 1.2. O descumprimento da jornada. 1.3. Os intervalos obrigatórios. 1.4. O controle da jornada. 1.5. Exceções aos limites. 1.6. O trabalho noturno. 1.7. O descanso semanal remunerado. 1.8. A jornada do menor. A jornada da mulher. 2. Salário e remuneração: conceitos, distinção 2.1. Denominações diversas. 2.2. Natureza jurídica do salário. 2.3. Formas de fixação do salário: modo e bases. 2.4. Princípios de proteção ao salário (irredutibilidade, intangibilidade, isonomia, impenhorabilidade). 2.5. Proteção legal dos salários: contra o empregador, contra os credores do empregador, contra os credores do empregado. 2.6. Os salários adicionais (insalubridade, penosidade, periculosidade, noturno, transferência e outros). 2.7. Participação dos trabalhadores nos lucros, resultados e gestão da empresa. 3. Gratificação

CEDIN

Natalina. 4. As férias individuais: conceito, natureza jurídica 4.1. Fontes legais: a CLT e a Convenção Internacional nº. 132. 4.2. Período de aquisição. 4.3. Período de concessão. 4.4. Perda do direito. 4.5. Abono de férias. 4.6. Remuneração. 4.7. Formalidades. 4.8. Efeitos da cessação do contrato. 4.9. Férias coletivas. 5. Estabilidade no Emprego. Garantias no Emprego. 6. A extinção dos contratos de trabalho 6.1. Causas comuns e especiais: nos contratos de prazo determinado, nos contratos de prazo indeterminado. 6.2. A justa causa e a rescisão indireta do contrato. 6.2.1. Consequências. 6.3. Hipóteses especiais de extinção do contrato de trabalho. 7. O aviso prévio 7.1. Conceito, natureza jurídica, espécies, prazos e efeitos. 8. Os direitos decorrentes da rescisão dos contratos de trabalho 8.1. Os aspectos formais. 8.2. O prazo para pagamento das parcelas rescisórias. 9. O FGTS 9.1. Campo de aplicação, operacionalização, o depósito e seus efeitos na terminação do contrato. 9.2. Hipóteses de saques. 10. Aspectos gerais relacionados à segurança e a saúde do trabalhador.